ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores da
Associação Transparência e Integridade
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Transparência e Integridade ("Associação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Transparência e Integridade** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) -entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sem modificação, data de 20 de julho de 2020. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da entidade referentes ao exercício de 2019, e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2019 tomadas em conjunto.

BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão doprocesso de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcanceplanejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de junho de 2021.

BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O-0

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

Ativo

	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	2.921.125	2.650.622
Contas a receber	**5**	3.721.580	298.261
Adiantamentos		6.487	7.256
Impostos a recuperar		3.047	477
Despesa antecipada		3.793	7.210
		6.656.032	**2.963.826**
Não circulante			
Imobilizado	6	81.181	98.450
		81.181	**98.450**
Total do ativo		**6.737.213**	**3.062.276**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores		15.672	36.988
Obrigações trabalhistas	7	384.154	295.597
Obrigações tributárias	8	966	2.345
Termos de parcerias	9	6.341.307	2.716.475
		6.742.099	**3.051.405**
Não circulante			
Termos de parcerias	9	64.138	72.058
		64.138	**72.058**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social negativo	**11**	(61.187)	(116.441)
Superávit/Deficit do exercício		(7.837)	55.254
		(69.024)	**(61.187)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**6.737.213**	**3.062.276**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	Notas	2020	2019
Parceiros institucionais (receitas com restrição)	13.b	4.463.654	3.388.810
Receitas operacionais líquidas (receitas sem restrição)	13.a	55.764	208.957
Receitas com trabalho voluntário	17	167.545	30.590
		4.686.963	**3.628.357**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	14	(2.854.429)	(1.438.188)
Gerais e administrativas	15	(1.660.818)	(2.132.606)
Despesas com trabalho voluntário	17	(167.545)	(30.590)
Superávit antes do resultado financeiro		**4.171**	**26.973**
Receitas financeiras		11.047	66.065
Despesas financeiras		(23.055)	(37.784)
Resultado financeiro líquido	16	**(12.008)**	**28.281**
(Déficit)/Superávit do exercício		**(7.837)**	**55.254**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	2020	2019
(Déficit)/Superávit do exercício	**(7.837)**	**55.254**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de Resultado abrangente	**(7.837)**	**55.254**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**5.319**	**(121.760)**	**(116.441)**
Superávit líquido do exercício	**-**	55.254	**55.254**
Transferência para patrimônio social	(121.760)	121.760	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**(116.441)**	**55.254**	**(61.187)**
Déficit do exercício	**-**	(7.837)	**(7.837)**
Transferência para patrimônio social	55.254	(55.254)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(61.187)**	**(7.837)**	**(69.024)**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

ASSOCIAÇÃO TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit)/Superávit líquido do exercício	**(7.837)**	**55.254**
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado com o fluxo de caixa:		
Depreciações	26.259	18.789
	18.422	**74.043**
(Aumento) redução nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.423.319)	(180.607)
Adiantamentos	769	4.637
Impostos a recuperar	(2.570)	(2)
Despesas antecipadas	3.417	11.174
Fornecedores	(21.316)	3.873
Obrigações trabalhistas	88.557	157.962
Obrigações tributárias	(1.379)	23.120
Termos de parcerias	-	1.935.933
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicados nas) atividades operacionais	**(3.337.419)**	**2.030.133**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(16.913)	(62.477)
Captação de subvenções	8.045.758	-
Aplicações de subvenções	(4.455.732)	-
Rendimentos de subvenções	34.809	-
Fluxo de caixa líquido originado das (aplicados nas) atividades de investimentos	**3.607.922**	**(62.477)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**270.503**	**1.967.656**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.650.622	682.966
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.921.125	2.650.622
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**270.503**	**1.967.656**

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Associação Transparência e Integridade, nome fantasia Transparência Internacional Brasil ("TI"), é uma associação civil, independente, sem fins lucrativos, político-partidários ou religiosos, fundada em 19 de julho de 2016, sob o CNPJ 26.219.946/0001-37.

Somos um movimento global com uma mesma visão: um mundo em que governos, empresas e o cotidiano das pessoas estejam livres da corrupção. Mas nossa luta contra a corrupção não é e nunca será um fim em si mesmo. É uma luta por justiça social, realização de direitos e paz.

Entendemos que a corrupção possui raízes profundas e se vale de diferentes condicionantes, desde aspectos legais e institucionais, até comportamentais. Por isso, agimos sobretudo para promover mudanças sistêmicas.
Através de nossa presença em mais de 100 países, a Transparência Internacional lidera a luta contra a corrupção no mundo. Chamamos as equipes locais de cada país de Capítulos Nacionais. E todos recebem o apoio de uma base central localizada em Berlim que chamamos de Secretariado.

Nossa presença internacional nos permite compreender a corrupção por uma perspectiva comparada, o que nos dá referências para avaliar a real gravidade de diferentes situações e, principalmente, identificar soluções que podem ser transferidas entre países com contextos distintos, mas que enfrentam problemas, muitas vezes, similares. Não chegamos com respostas prontas, mas combinamos as lições da experiência internacional com o conhecimento e as potencialidades locais.

Além disso, o alcance global permite à Transparência Internacional ocupar espaços estratégicos nos diferentes fóruns e organismos multilaterais, atuando para promover convenções anticorrupção e a efetiva implementação de acordos internacionais que enfrentam o problema de forma coletiva, regional e global.

Com mais de duas décadas de experiência, desenvolvemos uma reconhecida capacidade de pesquisa e um amplo estoque de ferramentas e soluções anticorrupção. Este conhecimento técnico é complementado pelo acesso a uma rede de especialistas e líderes internacionais e, talvez nosso ativo mais valioso, nossa reputação de imparcialidade e habilidade de convocar e interagir construtivamente com os mais diversos stakeholders.

Formamos um grupo de colaboradores e colaboradoras que trabalham no apoio e mobilização da sociedade civil, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade, entre outras atividades.

Atuamos para dar transparência às informações que ficam na sombra. Pesquisamos, interpretamos, divulgamos os fatos. Trazemos conhecimento para enriquecer o debate e ajudar a sociedade e as instituições a exercerem seu papel na luta contra a força destrutiva da corrupção, que gera injustiça e desigualdade. Fazemos isso respeitando os direitos, sem cair numa atitude cega e intolerante.

1.1. Centros institucionais e programas temáticos

a. Centro de operações e engajamento

O trabalho programático e administrativo da TI é conduzido a partir do nosso Centro de Operações e Engajamento (COE), pilar principal da infraestrutura da TI no país. As áreas administrativas, como financeira e de recursos humanos são centralizadas aqui, além da comunicação, advocacy, campanhas e administração geral das atividades da TI no Brasil.

b. Centro de conhecimento anticorrupção

Com mais de 20 anos de luta contra a corrupção e presença em mais de 100 países, a TI acumulou um vasto conhecimento sobre a corrupção e suas soluções. Pesquisando e aprendendo com a prática, ela desenvolveu um amplo portfólio de publicações, bancos de dados, índices, metodologias, métodos de treinamento e até mesmo um centro de atendimento para ativistas e profissionais de áreas que podem influenciar no combate à corrupção. Esse conhecimento, aliado à sua extensa rede de especialistas, levou a TI a ser reconhecida como o principal *think-tank* sobre transparência e boa governança no mundo. Uma parte fundamental da estratégia da TI no Brasil é que o estabelecimento do Centro de Conhecimento Anticorrupção (CCA) possa aproximar a produção de conhecimento da TI a outras comunidades epistêmicas, principalmente no chamado "Sul Global". Ainda em fase de incubação, o CCA tem como meta expandir nossa pesquisa aplicada às especificidades da luta contra a corrupção nos países em vias de desenvolvimento e servir como vetor de sistematização e compartilhamento de conhecimento anticorrupção entre os países do Sul Global.

c. Centro de apoio e incidência anticorrupção

Operando em mais de 60 países, os ALACs (Advocacy and Legal Advice Centres) são estruturas da Transparência Internacional que prestam apoio e assistência legal confidencial e gratuita a vítimas e testemunhas de corrupção. Oferecendo um mecanismo simples, confiável e viável para as pessoas fazerem suas queixas de corrupção, os ALACs são os instrumentos mais exitosos da TI para fortalecer os cidadãos na luta contra a corrupção.

No Brasil, o Centro de Apoio e Incidência Anticorrupção (CAIAC) está atualmente em fase piloto. O CAIAC terá como missão principal fortalecer o trabalho do movimento anticorrupção no Brasil, priorizando o apoio às organizações e ativistas de base que combatem a corrupção nos municípios do Brasil.

d. Programa de integridade em mercados emergentes

A Transparência Internacional acredita que estimular a integridade no setor privado é essencial para que o combate à corrupção seja efetivo. Os Princípios de Negócios para Combater o Suborno (Business Principles for Countering Bribery), criados há mais de 15 anos pela TI, tiveram papel embrionário de fundamentar tecnicamente a maioria das iniciativas que hoje existem para promover padrões globais de integridade no setor privado. Hoje, a TI atua em diversos países com foco nos negócios e tem uma ampla gama de ferramentas criadas para incentivar empresas no desenvolvimento de programas anticorrupção, governos na promoção de reformas em áreas importantes relacionadas aos negócios e sociedade civil no monitoramento e engajamento do setor privado. A atuação da TI no setor privado, em âmbito internacional, integra nosso Programa de Integridade em Negócios (Business Integrity Programme), coordenado pelo Secretariado da TI em Berlim. O Programa de Integridade em Mercados Emergentes (PIME) é nosso núcleo de produção de conteúdo e de engajamento em prol da integridade corporativa, estimulando a adoção de melhores práticas de integridade nos negócios no Brasil e levando as lições do caso brasileiro a outros mercados emergentes. O PIME segue a lógica da atuação da TI no Brasil como base para incidir regionalmente e em outras esferas de influência do país, como os BRICS.

e. Programa de integridade socioambiental

A corrupção no setor ambiental ameaça seriamente a capacidade do Brasil de atingir um desenvolvimento sustentável. A TI, através do Programa de Integridade Socioambiental (PISA), busca contribuir com a agenda ambiental agregando nosso conhecimento sobre esquemas de corrupção que afetam amplamente os desafios socioambientais, principalmente em áreas sensíveis como o licenciamento ambiental, registro de terras, indústria extrativa, grandes obras de infraestrutura e o financiamento climático. O PISA toma também como referência o histórico de atuação da TI nesta área, em âmbito global, desde a promoção da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas até nosso Programa de Integridade em Financiamento Climático.

As metas são, de um lado, a melhoria dos marcos regulatórios, procedimentos e capacidade institucional de órgãos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos agentes privados. Para gerar uma mudança efetiva e sustentável é preciso identificar claramente as reformas necessárias e assegurar amplo apoio do setor público e outras partes envolvidas (empresas, comunidades, imprensa, entre outros) na implementação dessas mudanças.

f. Programa de governança local: cidades e comunidades

A disparidade entre os mecanismos nacionais (nível federal) e subnacionais (níveis estadual e municipal) de controle da corrupção é enorme. A corrupção local afeta mais diretamente o dia a dia das pessoas e, o mais importante, suas redes locais assentam os pilares de suporte da grande corrupção em níveis nacional e transnacional. Porém, a corrupção local, embora disseminada, em geral é realizada com esquemas relativamente pouco sofisticados, que podem ser identificados e reprimidos com mais facilidade que aqueles da grande corrupção. Os maiores desafios nesse caso são as muitas frentes de atuação, a falta de capacidade do estado e da sociedade civil e os contextos potencialmente violentos que impedem o controle social através do medo. Com a difusão do conhecimento, desenvolvimento de capacidades e de condições seguras, soluções simples contra a corrupção poderão ser replicadas com eficiência em milhares de municípios brasileiros. O Programa de Governança Local da TI tem como metas, de um lado, o avanço dos sistemas e processos públicos e, de outro, a mudança de comportamento dos atores privados.

1.2. Impactos do COVID 19

O avanço do Coronavírus (“COVID-19”) afetou a economia global e, consequentemente, o Brasil, onde o impacto com a desvalorização do câmbio, e desaceleração do PIB foi bem relevante.

No período de 2020 houve decréscimo em gastos com viagens, hospedagens e eventos, pela impossibilidade de movimentação e aglomeração. Entretanto houve aumento nos gastos com equipe, para manter o teletrabalho, e meios digitais, para expandir o alcance. A administração age com cautela em suas ações e irá empenhar os melhores esforços para prover maior controle de sua realidade econômica.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da resolução ITG 2002 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros e também pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Associação em 28 de junho de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas levando em consideração o custo histórico como base de valor, com exceção dos bens e serviços recebidos em doação, que estão mensurados pelo valor justo na data da doação.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

(i) Nota Explicativa nº 6: Valor residual do ativo imobilizado e como também a vida útil.

e. Determinação do valor justo

Determinadas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Associação não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Associação nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(ii) Custo amortizado

Ativos financeiros classificados como custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Recursos vinculados a projetos governamentais e parceiros

Recursos vinculados a projetos representam os saldos líquidos de recebimentos em bancos conta movimento, valores a receber, aplicações financeiras que possuem utilização restrita, subtraindo os subsídios governamentais e parcerias.

(v) Passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros que a Associação possui são fornecedores e outros contas a pagar.

c. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável, quando necessárias. Os ativos imobilizados recebidos em doações são mensurados a valor justo da data da doação.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O software comprado, que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

(ii) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercício comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de Processamento de Dados	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

e. Provisões, passivos - circulante e não circulante

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

(i) O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As verbas de contratos de projetos recebidas para custeio e investimento observam os procedimentos e critérios previstos na ITG 2002 (R1) - Entidade Sem finalidade de Lucros:

(ii) Recursos: Quando ocorre o contrato de parceria é reconhecido um ativo em contrapartida ao projeto a executar (termos de parcerias) no passivo circulante;

(iii) Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do contrato de gestão, são reconhecidas as receitas correspondentes as despesas geradas em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício.

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionado aos contratos de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com os projetos restritos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica. Tratando-se de contratos de projetos sem restrições as despesas e receitas seguem o regime contábil de competência de exercício.

g. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Associação passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Associação registrou o montante de R$ 167.544 (2020) e de R$ 30.591 (2019) referente a trabalhos voluntários.

h. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	3.486	3.615
Banco (recursos livres)	35.263	2.431
Aplicação financeira (recursos livres)	2.882.376	2.644.576
	2.921.125	2.650.622

Representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata 2,25%a.a. e 1,91% a.a até a data do balanço.

5. Contas a receber

a. Composição

	2020	2019
The Norwegian Ministry of Foreign Affairs	1.831.270	-
Gordon and Betty Moore Foudation	1.402.947	-
Danida International Development Cooperation	213.277	-
ICS - Instituto Clima e Sociedade	124.000	124.000
Proetica Consejo	109.118	-
Consulado Geral do Canadá	22.346	57.362
Transparency International - Secretariat	18.621	-
WWF Brasil	-	79.505
Fundacion Espacio Publico	-	37.394
	3.721.580	**298.261**

Vale ressaltar que os projetos estão descritos na Nota Explicativa nº 9.

b. Idade dos saldos do contas a receber

Abertura por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é conforme segue:

	2020	2019
A vencer		
Até 30 dias	-	43.022
De 31 a 60 dias	142.621	-
De 61 a 90 dias	84.699	14.341
Acima de 91 dias	3.434.284	240.899
	3.661.604	**298.261**
Vencidos		
Até 30 dias	59.976	-
	59.976	**-**
	3.721.580	**298.261**

6. Imobilizado

As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas nos quadros a seguir:

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	2020	2019
Equipamentos Proc. Dados	137.290	(56.109)	81.181	98.450
	137.290	**(56.109)**	**81.181**	**98.450**

Descrição	2019	Adições	Depreciação do exercício	2020
Equipamentos Proc. Dados	98.450	8.990	(26.259)	81.181
	98.450	**8.990**	**(26.259)**	**81.181**

7. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
Provisão e encargos sociais sobre férias	209.109	124.967
Salários e ordenados a pagar	89.150	65.060
Rescisões a pagar	19.575	-
INSS a recolher	51.438	57.123
FGTS a recolher	-	10.959
IRRF s/Folha de Pagamento a Recolher	14.882	35.787
PIS s/Folha de Pagamento a Recolher	-	1.701
	384.154	**295.597**

8. Obrigações tributárias

	2020	2019
COFINS a recolher	336	354
ISS a recolher	50	-
IRRF a recolher	168	483
PCC a recolher	412	1.508
	966	**2.345**

9. Termos de parceria

a. Composição saldos

Os recursos são provenientes de empresas privadas destinadas ao cumprimento do objeto social da Associação Transparência e Integridade. O montante reconhecido como receita no resultado do exercício é de R$ 4.463.654 (nota explicativa nº 13.b). O saldo inicial de R$2.788.533 referente a 2019 foi aplicado durante 2020 e o saldo remanescente, no montante R$ 6.405.445, será aplicado em programas no exercício de 2021 e se refere ao saldo dos financiadores conforme a seguir:

PROJETOS RESTRITOS	2019	Captação	Aplicação	Rendimentos	Imobilizado	2020
T.I. SECRETARIADO	**-**	**151.803**	**(127.763)**	**-**	**-**	**24.040**
11.01 - TI-S	-	3.331	(3.331)	-	-	-
11.02 - GACC 20	-	128.419	(104.455)	-	-	23.964
11.03 - CSTI 20	-	20.053	(19.977)	-	-	76
COOPERACAO INTERNACIONAL	**119.184**	**3.502.024**	**(1.352.463)**	**2.396**	**(5.643)**	**2.265.498**
12.01 - NORUEGA 18-19	15.507	-	-	-	(3.783)	11.724
12.02 - NORUEGA 19	9.640	-	-	-	(2.072)	7.568
12.03 - CANADA 19	54.137	(4.585)	(49.552)	-	-	-
12.04 - AUSTRALIA 20	39.900	-	(39.900)	-	-	-
12.05 - NORUEGA 20	-	3.019.240	(1.097.318)	2.396	212	1.924.530
12.06 - CANADA 20-21	-	116.040	(82.834)	-	-	33.206
12.07 - REDLAD 20	-	158.052	(38.929)	-	-	119.123
12.08 - DINAMARCA 20	-	213.277	(43.930)	-	-	169.347
FUNDACOES PRIVADAS	**2.432.998**	**4.391.931**	**(2.742.882)**	**31.176**	**(2.279)**	**4.110.944**
13.01 - FORD	7.071	-	-	-	(1.768)	5.303
13.02 - CLUA 19-20	581.822	-	(397.272)	-	(1.735)	182.815
13.03 - LUMINATE 19-20	601.600	(1)	(587.835)	10.013	(5.295)	18.482
13.04 - OSF 19-21	1.131.931	8.309	(1.111.581)	6.319	(1.872)	33.106
13.05 - WWF 19-20	60.633	2	(60.635)	-	-	-
13.06 - ESPACIO PUBLICO	49.941	16.064	(66.005)	-	-	-
13.07 - KAS 20	-	103.268	(103.268)	-	-	-
13.08 - MOORE 20	-	4.200.234	(400.722)	14.844	8.391	3.822.747
13.09 - JORNADA 20	-	64.055	(15.564)	-	-	48.491
ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS	**236.350**	**-**	**(232.624)**	**1.237**	**-**	**4.963**
15.01 - ICS 19-20	236.350	-	(232.624)	1.237	-	4.963
	2.788.532	**8.045.758**	**(4.455.732)**	**34.809**	**(7.922)**	**6.405.445**

	2020	2019
Circulante	6.341.307	2.716.475
Não circulante	64.138	72.057
	6.405.445	**2.788.532**

b. Especificações dos projetos

11.02 – BRAZIL GLOBAL ANTI- CORRUPTION CONSORTIUM PROJECT

- **Apoiador:** Transparency International Secretariat;
- **Início:** 04 de fevereiro de 2020;
- **Término:** 31 de janeiro de 2021;
- **Valor total:** € 22.625,00;
- **Breve descritivo:** esta iniciativa está estruturada em torno de três objetivos: Objetivo 1 - Avançar nas discussões e projetos de regulamentação da prática de Lobby, capaz de minar a corrupção e os conflitos de interesses no setor público e, aumentando a transparência, promovendo a participação cívica na arena democrática; Objetivo 2 - Fomentar a adesão do Brasil à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (EITI); Objetivo 3 - Desenvolver conhecimentos sobre governança do setor de mineração, incluindo a percepção dos principais interessados sobre os riscos de corrupção no setor.

11.03 - CASE STUDY FOR A REPORT ON UNDUE INFLUENCE & TAX INCENTIVES

- **Apoiador:** Transparency International Secretariat;
- **Início:** 20 de agosto de 2020;
- **Término:** 31 de janeiro de 2021;
- **Valor total:** € 5.000,00;
- **Breve descritivo:** o estudo de caso se concentrará nos fatos que cercam a promulgação da presidência provisória Decreto (MP) nº 471/2009, aprovando incentivos fiscais para a indústria automotiva em regiões específicas do Brasil. Este esquema de corrupção veio ao conhecimento público pela primeira vez como parte da Operação Zealots, uma investigação que revelou o pagamento de propina na administração tributária brasileira.

12.03 – INTEGRITY AND OPEN GOVERNMENT IN BRAZIL

- **Apoiador:** Consulado Geral Do Canadá;
- **Início:** 16 de agosto de 2019;
- **Término:** 30 de abril de 2020;
- **Valor total:** CAD $ 50,000.00;
- **Breve descritivo:** desenvolver uma ferramenta para avaliar o desempenho dos governos subnacionais - estados brasileiros - em termos de integridade e governos abertos. Esta ferramenta, chamada Avaliação de Integridade e Governo Aberto (IOGA), será usada em um projeto piloto para conduzir uma avaliação de 5 a 7 estados. A IOGA fornecerá aos atores estaduais selecionados informações úteis, relevantes para informar e orientar o desenvolvimento de sua própria integridade e ferramentas e políticas governamentais abertas.

12.04 - ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E BOA GOVERNANÇA NOS ESTADOS

- **Apoiador:** Embaixada da Australia no Brasil;
- **Início:** 23 de outubro de 2019;
- **Término:** 30 de setembro de 2020;
- **Valor total:** R$ 39.900,00;
- **Breve descritivo:** o objetivo do projeto proposto é estimular o engajamento do setor privado na implementação de Planos Estaduais de Integridade, que vem sendo desenvolvido pela Transparência Internacional Brasil em conjunto com sete estados brasileiros (Ceará, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná) buscando a melhoria do controle da corrupção em nível estadual influenciando positivamente a prestação de serviços públicos locais, como assistência médica e educação, e, mais importante, rompendo as redes de apoio à grande corrupção no nível nacional.

12.05 - SUPPORT TO TI BRAZIL

- **Apoiador:** The Norwegian Ministry Of Foreign Affairs;
- **Início:** 01 de janeiro de 2020;
- **Término:** 31 de dezembro de 2022;
- **Valor total:** NOK 5.000.000,00;
- **Breve descritivo:** o apoio visa fortalecer as iniciativas da TI Brasil e contribuir para transformações sistêmicas através do avanço de medidas anticorrupção e da defesa contra retrocessos nos aparatos legal e institucional do país.

12.06 - SUPPORTING SUBNATIONAL GOVERNMENTS ADVANCE INTEGRITY AND OPEN GOVERNMENT PRINCIPLES IN THEIR PUBLIC ADMINISTRATIONS

- **Apoiador:** Consulado Geral Do Canadá**;**
- **Início:** 01 de junho de 2020;
- **Término:** 30 de abril de 2021;
- **Valor total:** CAD $ 33,000.00;
- **Breve descritivo:** as atividades do projeto incluirão: 1) Fortalecer a ferramenta de diagnóstico de transparência para os governos, analisando os resultados alcançados na primeira fase com especialistas e acadêmicos e integrando suas contribuições. 2) Aplicação da ferramenta de diagnóstico de transparência a cinco governos estaduais adicionais (o processo incluirá pesquisas, entrevistas com autoridades estaduais e acesso à informação). 3) Desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para analisar as divulgações de compras emergenciais pelos governos subnacionais no contexto da resposta à pandemia; e disseminar resultados através da mídia tradicional e social.

12.07 - CÚPULA DAS AMÉRICAS 2021

- **Apoiador:** Latin American and Caribbean Network for Democracy, REDLAD (via Proética, capítulo peruano da Transparência Internacional);

- **Início:** 01 de julho de 2020;
- **Término:** 31 de julho de 2021;
- **Valor total:** US$ 30,000.00;
- **Breve descritivo:** o propósito do apoio é fortalecer a implementação de mecanismos de coordenação da sociedade civil no âmbito da Cúpula das Américas 2021 para garantir que a participação de organizações da sociedade civil na região tenta um papel significativo e institucionalizado nos processos da Cúpula. Ademais, tem como objetivo fortalecer a capacidade de OSCs na luta contra a corrupção no continente.

12.08 – BASELINE ASSESSMENT ON DIGITALIZATION AND TRANSPARENCY IN BRAZILIAN STATE GOVERNMENTS

- **Apoiador:** Danida International Development Cooperation;
- **Início:** 01 de setembro de 2020;
- **Término:** 30 de junho de 2021;
- **Valor total:** DKK 223.520,00;
- **Breve descritivo:** o propósito do projeto é expandir a compreensão do papel da digitalização na luta contra a corrupção nos governos estaduais brasileiros e promover a implementação de boas práticas internacionais em uma agenda de digitalização para os governos estaduais.

13.02 – PREVENTING AND COMBATING CORRUPTION IN LOGGING, LAND MANAGEMENT AND MAJOR INFRASTRUCUTRE PROJECTS

- **Apoiador:** Climate and Land Use Alliance;
- **Início:** 01 de janeiro de 2019;
- **Término:** 31 de julho de 2021;
- **Valor total:** US$ 249.516,00;
- **Breve descritivo:** o principal propósito do projeto é trazer a experiência da Transparência Internacional para o Brasil, integrando os temas de prevenção e combate à corrupção com as questões ambientais e de uso da terra. As ações previstas promoverão um maior conhecimento sobre a relação entre corrupção e a agenda socioambiental, sensibilizarão a população e atores-chave sobre o tema e buscarão contribuir com melhores instrumentos e práticas de transparência, de governança, de prevenção e combate à corrupção. O projeto priorizará três agendas temáticas e duas transversais: 1) Exploração florestal madeireira; 2) grandes obras de infraestrutura; 3) Gestão fundiária, grilagem e *land grabbing*; 4) Novas medidas contra a corrupção; 5) Acordo Regional do Princípio 10.

13.03 – DATA SCIENCE FOR ANTI-CORRUPTION

- **Apoiador:** Luminate;
- **Início:** 15 de novembro de 2018;
- **Término:** 30 de outubro de 2020;
- **Países envolvidos:** Brasil (TI Brasil), Colômbia (Transparencia por Colombia), México (Transparencia Mexicana);
- **Valor total:** US$ 912.507,00;

- **Valor – Brasil:** US$ 250.000,00;
- **Breve descritivo:** o projeto apoia o desenvolvimento de pesquisas e ferramentas de uso de dados a fim de apoiar o combate a corrupção no país.

13.04 - GENERAL SUPPORT TO T.I. BRAZIL

- **Apoiador:** Foundation to Promote Open Society;
- **Início:** 01 de agosto de 2019;
- **Término:** 31 de julho de 2021;
- **Valor total:** US$ 425,000.00;
- **Breve descritivo:** apoio para fortalecimento institucional da Transparência Internacional - Brasil, especialmente de suas áreas de Conhecimento, Governança e Compliance e Engajamento e Comunicação.

13.05 - ESTUDO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA

- **Apoiador:** WWF-Brasil;
- **Início:** 01 de abril de 2019;
- **Término:** 31 de dezembro de 2020;
- **Valor total:** R$145.665,00;
- **Breve descritivo:** os principais propósitos do projeto são: (i) a elaboração de estudo identificando correlações entre corrupção, grandes obras de infraestrutura na Amazônia e impactos e danos socioambientais e (ii) o desenvolvimento de plataforma online pública para divulgar o referido estudo com informações sobre a correlação entre corrupção, grandes obras e impactos e danos socioambientais.

13.06 - ROL DE LOS SISTEMAS JUDICIALES EN EL COMBATE A LA CORRUPCIÓN EN AMÉRICA LATINA

- **Apoiador:** Fundación Espacio Público;
- **Início:** 01 de julho de 2019;
- **Término:** 31 de julho de 2020;
- **Valor total:** US$ 28,000.00;
- **Breve descritivo:** o principal objetivo deste projeto é identificar e avaliar criticamente as variáveis organizacionais, legais e processuais que facilitam ou dificultam o processo e a sanção penal da corrupção na Argentina, Brasil, Chile e Guatemala, com vistas a preparar recomendações de políticas públicas baseadas em evidências empíricas, precisamente para fortalecer o papel do sistema judicial no combate à corrupção.

13.07 - REDE DE CURSOS DE FORMAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

- **Apoiador:** Fundação Konrad Adenauer;
- **Início:** 01 de maio de 2020;
- **Término:** 31 de dezembro de 2020;
- **Valor total:** R$ 105.000,00;

- **Breve descritivo:** a medida consiste em três produtos diferentes: o curso online de treinamento em jornalismo investigativo no Brasil; a criação da rede brasileira de estudos e práticas em anticorrupção e um website que conterá uma base de dados e estudos sobre o tema da anticorrupção.

13.08 - REDUCING SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF INFRASTRUCTURE PROJECTS IN THE AMAZON

- **Apoiador:** Gordon and Betty Moore Foundation;
- **Início:** 01 de julho de 2020;
- **Término:** 31 de dezembro de 2022;
- **Valor total:** US$ 800,000.00;
- **Breve descritivo:** redução do impacto social e ambiental de projetos de infraestrutura na Amazônia: (i) defendendo instituições de controle federais e estaduais (Tribunais de Contas e Controladores da União e do Estado do Amazonas) para aumentar a quantidade e/ou a qualidade das auditorias ambientais e de integridade nas BR-319, (ii) advogando mudanças institucionais e regulatórias na estrutura das instituições de controle para aumentar a quantidade e a eficácia de seu trabalho em defesa do meio ambiente; e (iii) aumentando e disseminando o conhecimento das organizações da sociedade civil sobre como essas instituições podem atuar em defesa do meio ambiente no contexto da BR-319 e em outros locais da região amazônica.

13.09 - CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO

- **Apoiador:** Climate and Land Use Alliance;
- **Início:** 01 de setembro de 2020;
- **Término:** 30 de setembro de 2021;
- **Valor total:** USD 11.500,00;
- **Breve descritivo:** O propósito é apoiar a criação de campanhas de comunicação da TI Brasil que alavanquem pesquisa de segmentação de audiência.

15.01 - CLIMA E CORRUPÇÃO: ANÁLISES EXPLORATÓRIAS E ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE SOCIOAMBIENTAL

- **Apoiador:** Instituto Clima E Sociedade – ICS;
- **Início:** 01 de outubro de 2019;
- **Término:** 31 de janeiro de 2021;
- **Valor total:** R$ 248,000.00;

- **Breve descritivo:** o projeto possui dos objetivos complementares e inter-relacionados: 1) Compreender as principais conexões entre corrupção e a agenda climática por meio de estudos ("Atlas sobre Clima e corrupção" e análise de Fundos Climáticos) e da interação com atores-chave do poder público e da sociedade civil; 2) Contribuir para a estruturação do Programa de Integridade Socioambiental (PISA) e da agenda de Clima e Corrupção da TI - Brasil, proporcionando as bases para a atuação da organização no tema, nos próximos anos.

Os projetos não citados acima não possuem descritivo pois foram encerrados em 2019 ou anterior e seus saldos em 2020 se referem a imobilizados a depreciar reconhecidos como resultados de exercícios futuros no passivo.

10. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram constituídas provisões, pois não foram identificadas ações judiciais e/ou administrativas de nenhum tipo. A Associação segue as normas contábeis e caso seus assessores jurídicos identificassem ações judiciais e/ou administrativas com provável risco de perda, que acarretariam desembolso de recursos mensuráveis com razoável nível de segurança, reconheceria provisão judicial.

11. Patrimônio líquido

O Patrimônio Social é composto por déficit ou superávits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

12. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

13. Receita

a. Receitas operacionais líquidas (receitas sem restrição)

	2020	2019
Luminate (COVID 19)	36.210	-
Pessoa física (individuais e plataforma)	16.661	8.957
Haakon Lorentzen	-	116.954
Ingeborg Lorentzen Ribeiro	-	26.590
Regnhild Lorentzen	-	40.998
Victoria Ragna Lorentzen	-	15.458
	52.871	**208.957**
Prestação de Serviços	3.200	-
(-) Deduções das Receitas	(307)	-
	2.893	**-**
	55.764	**208.957**

b. Parceiros institucionais (receitas com restrições)

	2020	2019
PROJETOS RESTRITOS - TI SECRETARIADO		
11.01 - TI-S	3.331	25.796
11.02 - GACC 20	104.455	-
11.03 - CSTI 20	19.977	-
PROJETOS RESTRITOS - COOPERACAO INTERNACIONAL		
12.01 - NORUEGA 18-19	3.783	551.206
12.02 - NORUEGA 19	2.072	867.399
12.03 - CANADA 19	49.552	80.883
12.04 - AUSTRALIA 20	39.900	-
12.05 - NORUEGA 20	1.097.096	-
12.06 - CANADA 20-21	82.834	-
12.07 - REDLAD 20	38.929	-
12.08 - DINAMARCA 20	43.930	-
PROJETOS RESTRITOS - FUNDACOES PRIVADAS		
11501 - FOSI-DESENV.INST 2018-19	-	52.608
11502 - LJTF 2018-19	-	74.793
13.01 - FORD	1.768	150.313
13.02 - CLUA 19-20	399.007	346.427
13.03 - LUMINATE 19-20	593.140	477.757
13.04 - OSF 19-21	1.113.453	595.694
13.05 - WWF 19-20	60.635	85.032
13.06 - ESPACIO PUBLICO	66.005	69.252
13.07 - KAS 20	103.268	-
13.08 - MOORE 20	392.331	-
13.09 - JORNADA 20	15.564	-
PROJETOS RESTRITOS - ONGS/UNIVERSIDADES/INSTITUTOS		
15.01 - ICS 19-20	232.624	11.650
	4.463.654	**3.388.810**

Vale ressaltar que os projetos estão descritos na Nota Explicativa nº 9.

14. Despesas com pessoal

No final de 2019 a Associação possuía 13 funcionários e ao final de 2020 possuía 21 funcionários, o que justifica o crescimento com as despesas de pessoal.

	2020	2019
Salários e Ordenados	1.466.619	814.424
INSS	407.867	247.508
13º Salário	171.957	71.511
Férias	143.207	112.411
Fgts	127.841	74.710
Vale refeição/Refeitório	124.595	60.191
Adicionais Horas extras	115.383	2.300
Ass. Médica e Medicina do Trabalho	64.890	18.130
Aviso Prévio e Indenizações	57.950	-
Provisão INSS Férias	33.027	13.039
Cursos e Treinamentos	22.179	-
Estagiário	21.102	6.656
Pis Folha de Salários	16.006	9.340
Provisão FGTS Férias	10.444	3.936
Autônomos	5.169	503
Provisão Pis Férias	1.331	493
Vale Transporte	406	930
Outras despesas com Pessoal	64.456	2.106
	2.854.429	**1.438.188**

15. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Consultorias e pesquisas	1.011.425	1.074.345
Aluguel	146.447	254.230
Comunicação, tradução e revisão	103.343	191.056
Plataformas, eventos, fotografia e filmagem	80.879	39.455
Licença de uso de software	69.839	13.976
Contabilidade e auditoria	38.447	42.480
Material de consumo e manutenção	28.972	4.874
Recursos humanos	28.018	12.995
Depreciação	26.259	18.789
Passagens	25.233	227.383
Serviços gráficos	22.089	11.382
Seguros	13.000	6.855
Telefone, fax, internet	7.952	5.589
Doações Efetuadas	7.893	-
Hospedagens	7.844	90.577
Outros despesas administrativas	7.014	372
Condução	6.949	42.692
Impressões	6.198	7.523
Brindes/Presentes/Cortesias	5.326	571
ITCMD	4.131	12.960
Informatica	3.117	14.042
Alimentação	3.020	41.292
Outros impostos e taxas	2.900	1.033
Assinatura de Jornais/Revista/Periodicos	1.762	1.623
Material de escritório	1.228	5.464
Cartório	513	629
Correios e Malotes	387	465
Motoboy / Entregas	333	1.214
Perdas não Operacionais	302	752
Outras despesas com viagens	-	7.332
Bens duráveis de pequeno valor	-	656
	1.660.818	**2.132.606**

16. Resultado financeiro líquido

A variação dos rendimentos financeiros refere-se basicamente, queda de rentabilidade, impactado principalmente pela taxa Selic.

	2020	2019
Despesa financeira		
Tarifas bancárias	(11.221)	(11.114)
Juros e multas passivas	(503)	(1.229)
IOF	(137)	(8.927)
IRRF s/aplicações financeiras	(10.002)	(12.228)
Despesa com operação de câmbio	(1.192)	(4.286)
	(23.055)	**(37.784)**
Receita financeira		
Rendimento Aplicações Financeiras	11.872	66.520
Cofins s/Receitas Financeiras	(1.867)	(2.661)
Receita com operação de câmbio	865	2.196
Descontos Obtidos	175	-
Outras receitas financeiras	2	10
	11.047	**66.065**
	(12.008)	**28.281**

17. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durantes os exercícios de 2020 e 2019.

O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	2020		
Descrição	**Horas Dedicadas**	**Custo médio Hora**	**Total**
Conselho Diretor	113	1.283	**144.930**
Conselho Fiscal	7	1.283	**8.978**
Pesquisadores	1.200	11	**13.636**
			167.545

	2019		
Descrição	**Horas Dedicadas**	**Custo médio Hora**	**Total**
Conselho Diretor	77	280	**21.590**
Pesquisadores	660	14	**9.000**
			30.590

No trabalho desenvolvido pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal foi tomado como base no ano de 2019 o valor hora dos membros do Conselho de Administração, conforme divulgado pelo estudo do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. No ano de 2020 houve uma atualização na metodologia utilizando horas dedicadas multiplicando por taxa média de custo de hora do montante de conselheiros.

18. Renúncia fiscal

A Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A Associação é isento do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) por sua natureza e objeto, conforme artigo 15 da Lei 9.532/1997. A Associação não é contribuinte do PIS na modalidade "Faturamento", sendo contribuinte a alíquota de 1% na modalidade folha de salários, conforme IN 247/2002.

19. Seguros

A Associação mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando, fundamentalmente a natureza das suas atividades e as orientações de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.